



7 • Correio Braziliense — Brasília, sexta-feira, 26 de abril de 2024

<b>Bolsas</b> Na quinta-feira	<b>Pontuação B3</b> Ibovespa nos últimos dias	<b>Dólar</b> Na quinta-feira	<b>Salário mínimo</b>	<b>Euro</b> Comercial, venda na quinta-feira	<b>CDI</b> Ao ano	<b>CDB</b> Prefixado 30 dias (ao ano)	<b>Inflação</b> IPCA do IBGE (em %)
0,08% São Paulo	125.573	R\$ 5,163 (+ 0,3%)	R\$ 1.412	R\$ 5,540	10,65%	10,49%	Outubro/2023 0,24 Novembro/2023 0,28 Dezembro/2023 0,56 Janeiro/2024 0,42 Fevereiro/2024 0,83
0,98% Nova York	124.645	Últimos					
	19/4 22/4 23/4 24/4	19/abril 5,199 22/abril 5,168 23/abril 5,130 24/abril 5,148					

**DESONERAÇÃO** / Após o ministro Zanin, do Supremo, atender ao Planalto e suspender trechos da Lei, presidente do Congresso diz que Executivo "erra ao judicializar a política e impor suas próprias razões". Ele convocou para hoje reunião de líderes do Senado

# Pacheco critica governo por recorrer ao STF

» ROSANA HESSEL  
» RENATO SOUZA

Roque de Sá/Agência Senado



Rodrigo Pacheco disse que buscará "apontar os argumentos do Congresso Nacional ao STF pela via do devido processo legal"

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), foi incisivo na crítica ao governo por recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF) contra a desoneração da folha de pagamento de 17 setores da economia. A reprovação pública do parlamentar ocorreu horas depois de o ministro Cristiano Zanin, da Corte Suprema, atender ao pedido do Palácio do Planalto e suspender trechos da lei que prorrogou o benefício até 2027.

"O governo federal erra ao judicializar a política e impor suas próprias razões, num aparente terceiro turno de discussão sobre o tema da desoneração da folha de pagamento", enfatizou Pacheco, nas redes sociais. "Respeito a decisão monocrática do ministro Cristiano Zanin e buscarei apontar os argumentos do Congresso Nacional ao STF pela via do devido processo legal."

O senador disse que tomará "providências políticas que façam ser respeitada a opção do Parlamento pela manutenção de empregos e sobrevivência de pequenos e médios municípios".

Pacheco, que também preside o Congresso, informou que, hoje, vai se reunir com a consultoria e a advocacia da Casa para tratar do tema. "Uma reunião de líderes do Senado também será convocada extraordinariamente", acrescentou.

Angelo Coronel (PSD-BA), senador indicado para ser o relator do Orçamento de 2025, ingressou o coro com Pacheco. "Em primeiro lugar, tenho que

registrar que foi uma grande falta de respeito do governo para com o Congresso Nacional essa ADI (Ação Direta de Inconstitucionalidade) — impetrada pela Advocacia-Geral da União (AGU) na quarta-feira", destacou, em nota. "O Congresso votou essas matérias com apoio da maioria maioritária dos parlamentares. O governo prega a paz e a harmonia e

age com beligerância", disparou. "Sem dúvida, poderá haver prejuízo grande com perspectiva de desemprego por parte dos 17 segmentos que mais empregam no Brasil. Esperamos que a maioria do STF derrube essa ADI proposta pelo governo federal, que não acatou a decisão da maioria esmagadora da casa das leis."

Na ação apresentada ao STF, a

AGU alegou que sem indicação do impacto orçamentário poderá ocorrer "um desajuste significativo nas contas públicas e um esvaziamento do regime fiscal constitucionalizado".

## Plenário

Zanin sustentou que o objetivo da decisão foi "preservar as

contas públicas". No despacho, entendeu que da maneira como foi aprovada a lei, o Orçamento fica prejudicado.

"A solução provisória, que busca privilegiar o espaço institucional de cada Poder, sem descuidar da função constitucional do Supremo Tribunal Federal de verificar a validade dos atos normativos à luz da Constituição

**Cuidarei das providências políticas que façam ser respeitada a opção do Parlamento pela manutenção de empregos e sobrevivência de pequenos e médios municípios"**

**Rodrigo Pacheco (PSD-MG), presidente do Congresso**

Federal, consiste em suspender a eficácia dos arts. 1º, 2º, 4º e 5º da Lei n. 14.784/2023, com a imediata submissão desta decisão ao plenário do Supremo Tribunal Federal para confirmação ou não de tal deliberação, que busca preservar as contas públicas e a sustentabilidade orçamentária", diz um trecho.

A decisão é monocrática, ou seja, foi tomada de maneira individual. No entanto, o tema será levado, hoje, para a avaliação dos demais ministros no plenário virtual da Corte — espaço eletrônico onde as partes se manifestam e os ministros preferem os votos.

A votação começará à meia-noite e pode ser levada ao plenário físico caso algum dos magistrados peça destaque em relação ao tema.

## FUNCIONALISMO

# Reajuste de 52% no auxílio-alimentação

» FRANCISCO ARTUR

O Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI) e entidades sindicais do funcionalismo assinaram acordo para reajustar em 52% o auxílio-alimentação. O valor passa de R\$ 658 para R\$ 1 mil, a partir do mês que vem, com pagamento em 1º de junho.

O acerto também inclui o auxílio-saúde, que atualmente é de 144,38 e irá a R\$ 215, e o auxílio-creche — de R\$ 321 para R\$ 484,90. A oficialização do acordo entre governo e sindicatos ocorreu, ontem, no Departamento Nacional de Infraestrutura e Transportes (Dnit), em Brasília.

A proposta de reajustar apenas os benefícios foi colocada à mesa pelo ministério em uma reunião com diversas categorias do funcionalismo público federal em 10 de abril.

"Havia uma demanda feita pelas entidades (federais) sobre a valorização dos benefícios, buscando uma aproximação com as categorias que são pagas pelos demais Poderes da União, como o Legislativo e Judiciário. É evidente que não podemos chegar

de uma única vez ao valor pretendido, mas conseguimos produzir um bom reajuste", afirmou o secretário de Relações do Trabalho da pasta, José Feijó.

Na cerimônia, diversas categorias estavam presentes, mas, segundo Feijó, 17% não compareceram. Ele explicou que alguns sindicatos ainda não realizaram assembleias para decidir se aceita ou não a proposta feita pelo governo. "Os que responderem positivamente vão assinar o compromisso (do reajuste nos benefícios) nos próximos dias", destacou. "O importante é que a maioria do funcionalismo teve a preocupação com seus representados, no sentido de que eles não ficassem sem a valorização dos benefícios."

Enquanto ocorria o evento, servidores técnicos-administrativos da educação superior federal faziam uma manifestação no pátio do Dnit. Em greve desde março, a categoria cobrava reajuste salarial neste ano.

Uma das manifestantes era a técnica Ivanilda Reis, presidente da Federação das Associações de Trabalhadores das Universidades Brasileiras (Fasubra). "Nossa pauta é o início do reajuste neste ano", frisou.

Francisco Artur/CB/D.A Press



Assinatura do acordo: reajuste começará a ser pago em 1º de junho

A Fasubra foi uma das entidades que assinaram o termo de negociação para o aumento dos benefícios. "Assinamos porque a assembleia aprovou e interpretou ser algo positivo, mas isso não significa que deixaremos de defender as nossas pautas de reajuste salarial neste ano e reestruturação da carreira", justificou.

Na educação, além dos técnicos, os professores estão em greve. Enquanto as categorias pedem aumento de 22,71%, dividido em três parcelas iguais de 7,06% em 2024, 2025 e 2026, o governo apresenta reajuste de 9% no salário, em 2025, e mais um de 3,5% em maio do ano seguinte.

**É evidente que não podemos chegar de uma única vez ao valor pretendido, mas conseguimos produzir um bom reajuste"**

**José Feijó, secretário de Relações do Trabalho do MGI**

## PETROBRAS

# Distribuição de 50% dos dividendos extras

Os acionistas da Petrobras aprovaram, por maioria, a proposta da União de pagamento de 50% dos dividendos extraordinários retidos no início de março — ou seja, metade dos R\$ 43,9 bilhões, correspondente a R\$ 21,9 bilhões. Além disso, como novidade, foi aprovada a avaliação do pagamento da metade restante desse montante da reserva ao longo de 2024, com decisão a ser tomada até 31 de dezembro. As ações preferenciais da empresa subiram 2,4% ontem.

A alteração na proposta original de distribuição de dividendos, feita pelo Conselho de Administração, foi realizada pelo representante da União na Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da Petrobras (AGO), Ivo Timbó. Ele reiterou o pagamento em duas parcelas, sendo a primeira em 20 de maio e a segunda em 20 de junho de 2024, conforme havia sido sinalizado pela administração da estatal. Assim, os pagamentos extraordinários ocorrerão nas mesmas datas dos dividendos ordinários relativos ao quarto trimestre de 2023.

A proposta aprovada em assembleia delega à administração da Petrobras a decisão sobre o formato de pagamento, por meio de dividendos ou por juros sobre capital próprio, a que melhor se adequa ao interesse tributário da companhia.

A definição sobre o tema, que gerou crise entre o Ministério de Minas e Energia e o presidente da Petrobras, Jean Paul Prates, saiu após o sinal verde do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, na semana passada. A divergência entre os poderes dentro do Conselho de Administração desencadeou mais uma crise entre Prates e o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, apaziguada após a entrada do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, no circuito.

A distribuição de metade dos dividendos extraordinários significará um ingresso de pouco mais de R\$ 6 bilhões nos cofres da União, que é a principal acionista da estatal.

Os acionistas da Petrobras também aprovaram por maioria a manutenção de um Conselho de Administração composto por 11 membros. Esse foi o terceiro item da pauta.